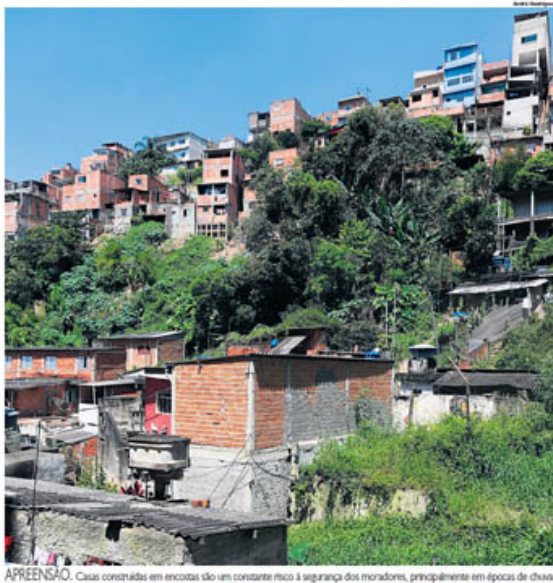


Região tem 7 cidades classificadas para risco de desastres ambientais

Estado diz que municípios da região estão sujeitos a desastres climáticos

Análise do governo federal indica que 289 mil moradores do Grande ABC residem em áreas de deslizamento, enxurrada e inundação



PREVENÇÃO: Casas construídas em encostas são um constante risco à segurança dos moradores, principalmente em épocas de chuva

Estado do governo federal aponta que 1.942 municípios no Brasil estão sujeitos a ocorrências extremas da natureza, sendo 172 no Estado de São Paulo. E a situação na região não é das melhores. As sete cidades ficam localizadas em áreas de risco recorrente para desastres ambientais, como deslizamentos de terra, enxurradas e inundações. Pelas con-

tas 288.248 moradores residem em áreas de perigo em cinco municípios - o estado não apresentou os dados de São Caetano e Ribeirão Pires. Em 2019, a região registrou uma das piores enchentes da história, que deixou dez mortos e 284 pessoas desabrigadas. Segundo especialista, o acelerado processo de urbanização é uma das causas. **Sociedades 1**

Região tem 7 cidades classificadas para risco de desastres ambientais

Levantamento do governo federal aponta que 288.248 moradores do Grande ABC residem em áreas de perigo para deslizamento, enxurrada e inundação

THAINÁ LANA

thainalana@diariodograndeabc.com.br

As sete cidades do Grande ABC estão localizadas em áreas de risco recorrente para desastres ambientais, como deslizamentos de terra, enxurradas e inundações. Os municípios da região foram classificados em levantamento realizado pelo governo federal, que apontou que 1.942 municípios do Brasil (uma em cada 185), sendo 172 no Estado de São Paulo, estão sujeitos às ocorrências desta natureza.

Na região, 288.248 moradores residem em áreas de perigo em cinco municípios - o estado não apresentou os dados de São Caetano e Ribeirão Pires (veja dados na arte ao lado). Em 2019, a região registrou uma das piores enchentes da história, que deixou dez mortos e 284 pessoas desabrigadas.

Segundo as prefeituras de Santo André, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, em dez anos, de 2013 a 2023, foram construídas 12 milhões, 1.240 imóveis em tendimentos e 217 famílias desabrigadas - esses números são muito maiores, porém, já que os Paços de São Bernardo, São Caetano e Mauá não informaram os dados, apesar de sofrerem frequentemente com enchentes e deslizamentos.

O estudo foi publicado em abril deste ano e foi realizado em razão das obras previstas para o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que prevê investimentos em infraestrutura em todo o País. No Grande ABC, 14 projetos foram selecionados em Santo André, São Bern-

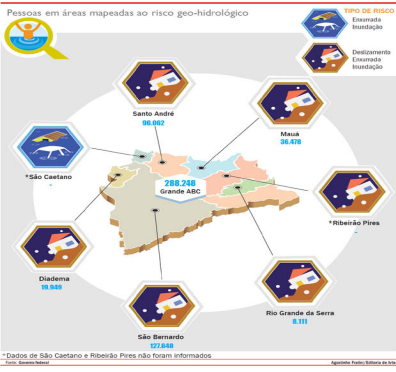


RISCO: Na região, 288.248 moradores residem em área de perigo

ardo, Diadema e Mauá para urbanização de favelas, regularização fundiária e construção de encostas. Além das mudanças climáticas provocadas pela ação humana, que tem intensificado os desastres ambientais (tem mais abalos), o interesse e acelerado processo de urbanização das cidades é uma das principais causas de inundações, segundo explica a professora de Hidráulica e Drenagem da UFABC (Universidade Federal do ABC), Melissa Graciosa.

A docente conta que historicamente os bairros foram sendo criados em fundos de vale e sobre os rios, por causa da atividade econômica gerada no entorno. "Essas novas par-

pobes ocupando as encostas dos montes por conta do custo dos terrenos. Famílias que vivem para trabalhar nos indústrias do Grande ABC ainda moram nesses locais de risco. As favelas são favelas expostas dos meios urbanos e encostas de áreas de risco", afirma o especialista. No Grande ABC, 270,150 imóveis estão localizados em áreas de risco, sendo 247 mil edifícios em locais com potencial perigo para deslizamento e 23.302 para inundações, de acordo com o mapeamento mais recente da região feito pelo IG (Instituto Geológico) em 2020. A professora de Hidráulica e Drenagem da UFABC, Melissa Graciosa, alerta sobre a necessidade de desocupação das áreas consideradas de risco. "As pessoas acham que convivem com o risco de desastres e não se preocupam com a segurança das pessoas que vivem nessas áreas", afirma. Ela também alerta para a importância de monitorar a margem dos rios ou em encostas. Essas famílias não têm que ser removidas e sim realocadas, é responsável do poder público garantir moradia segura para essas áreas, é um direito constitucional", conclui.



*Dados de São Caetano e Ribeirão Pires não foram informados. Fonte: Prefeitura de São Paulo

ferença entre as bacias hidrográficas dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, que registrou neste mês uma das piores enchentes da história, com 163 mortos, 72 pessoas desaparecidas e 647 mil desabrigados - 467 dos 497 municípios do estado gaúcho foram afetados.

"As características das bacias hidrográficas são diferentes, as Prefeituras da região afirmam que investem durante o ano em ações de zedação, como manutenção e limpeza de bocas de lobo, galerias de águas pluviais e córregos, além de obras de drenagem e planos de contingência.

Desde 2019, ano da pior cheia registrada no Grande ABC, o município de Santo André informou que realizou revisões e melhorias dos planos de contingência, como instalações de câmeras de monitoramento, pluviômetros e buzones inteligentes, além da criação do Centro de Resiliência à Emergência de Defesa Civil, entre outros iniciativas. Outra ação de enfrentamento é o uso de inteligência artificial para prever e alertar, com maior antecedência, o surgimento de eventos climáticos e meteorológicos na cidade, como rios de deslizamento, enchente e alagamento", destacou

o Paço andrêsense. Entre 2019 e 2023, a Prefeitura investiu R\$ 37 milhões em ações de drenagem, obras e outros serviços. Em 2023, o município investiu R\$ 114 milhões. Diadema ressaltou que são promovidas uma série de intervenções e monitoramentos das áreas de risco que visam combater enchentes e garantir a estabilidade de taludes e encostas. "Foi feito estudo inventário cerca de R\$ 15,4 milhões no recalçamento de mais de 140 vias, o que inclui melhorias de sarjetas e acessos às bocas de lobo, quando necessário". O município vai assinar em breve dois contratos do Novo PAC que vão destinar R\$ 200 milhões para urbanização em núcleos habitacionais. As intervenções incluem obras de drenagem urbana. Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra pontuaram que fazem o desassentamento nos rios e córregos das cidades. "A Prefeitura também investiu na qualificação de cursos d'água, com intenção de impedir a cheia dos córregos. Em 2023 foram 76 quilômetros de limpeza", esclareceu a Prefeitura de Botucatu. São Bernardo, São Caetano e Mauá não informaram as ações promovidas nos municípios. **TL**

Populações pobres são mais afetadas pelos eventos climáticos

Segundo o levantamento do governo federal, as populações pobres são mais suscetíveis a sofrerem com os desastres ambientais no Brasil por conta da urbanização desordenada e da segregação socio-territorial. Essas áreas são habitadas, de forma geral, por comunidades de baixa renda e que têm poucos recursos para se adaptar ou se recuperar mais rapidamente desses eventos (inundações, deslizamentos e enxurradas), tornando-se mais vulneráveis a tais processos", destacou a nota técnica do estudo. Fernando Rocha Nogueira, geólogo, professor da UFABC e pesquisador do LabGCR (Laboratório de Gestão de Risco) da universidade, ressaltou que a desigualdade social e econômica mantém essas pessoas em comunidades por décadas. "O modelo de cidade nos desenvolveu no Brasil com as avenidas sendo construídas nos fundos dos vales e as pessoas mais

'O Grande ABC não está preparado para enfrentar alto volume de chuva'

"O Grande ABC não está preparado para enfrentar alto volume de chuva, na verdade, nenhum município do País está. Não temo conhecimento de planos antecipados a desastres que temos sido ações e medidas de resposta, para depois que ocorre o desastre". A análise é de Fernando Rocha Nogueira, geólogo, professor da UFABC e pesquisador do LabGCR. O especialista reforça que a região possui amplos estudos técnicos sobre gestão de risco, mas que precisam ser atualizados. "São novos condições climáticas e, para enfrentar, é preciso criar novas políticas municipais, não bastam só aquelas infra-estruturas, a forma de fazer o gestão de risco mudou. As obras indicadas há dez anos talvez já não sejam tão suficientes e não estamos preparados para enfrentar altos volumes pluviométricos como aconteceu neste ano no estado do Rio Grande do Sul ou no Litoral Norte em

2023", alerta Nogueira. Entre as principais medidas que devem ser adotadas pelo poder público para conter os riscos, estão o amplo monitoramento das condições climáticas, sistema de alerta precoce para população e ações estruturais de drenagem urbana, segundo explica a professora de Hidráulica e Drenagem na UFABC, Melissa Graciosa.

"As pessoas estão procurando do uma bola de prata que não existe para o problema. O que existe é um conjunto de ações integradas e coordenadas que vão mitigar o risco e reduzir o dano. Assim como outros países conviverem com desastres ambientais, como furacões e terremotos, por exemplo, precisamos nos adaptar às mudanças climáticas, provocadas por esse desaquecimento do clima global", diz Melissa. "Quando temos alteração no clima, acontece a intensificação de fenômenos que seriam naturais. Além da alteração nas temperaturas, as mudanças climáticas também interferem na drenagem urbana, porque as obras foram projetadas para suportar certo volume de chuva, e hoje o índice pluviométrico é muito elevado", finaliza a docente. **TL**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** Capa + página 1